

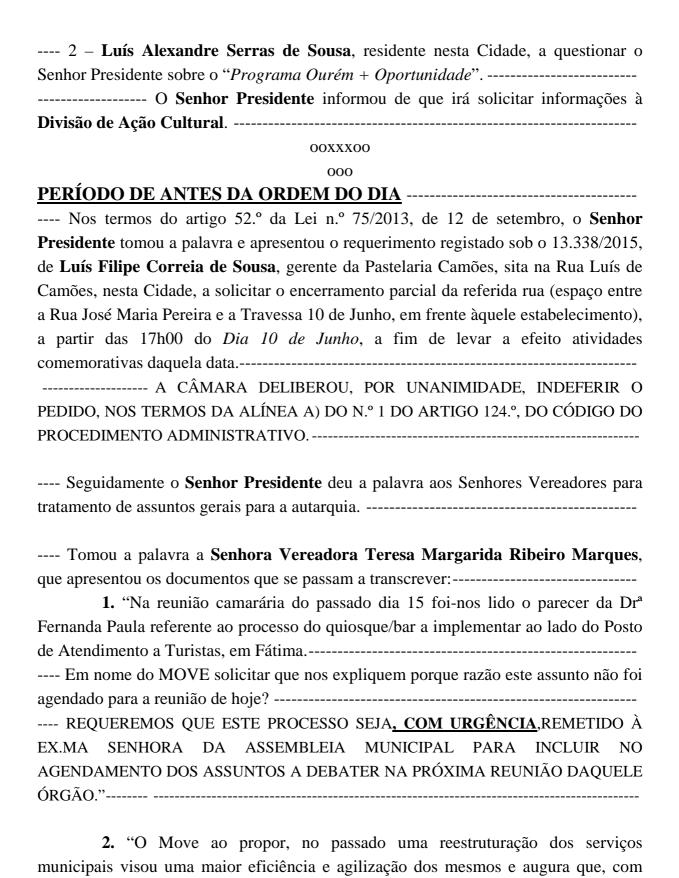
# ATA N.º 14 (REUNIÃO PÚBLICA)

ABERTURA DA REUNIÃO-----

## 

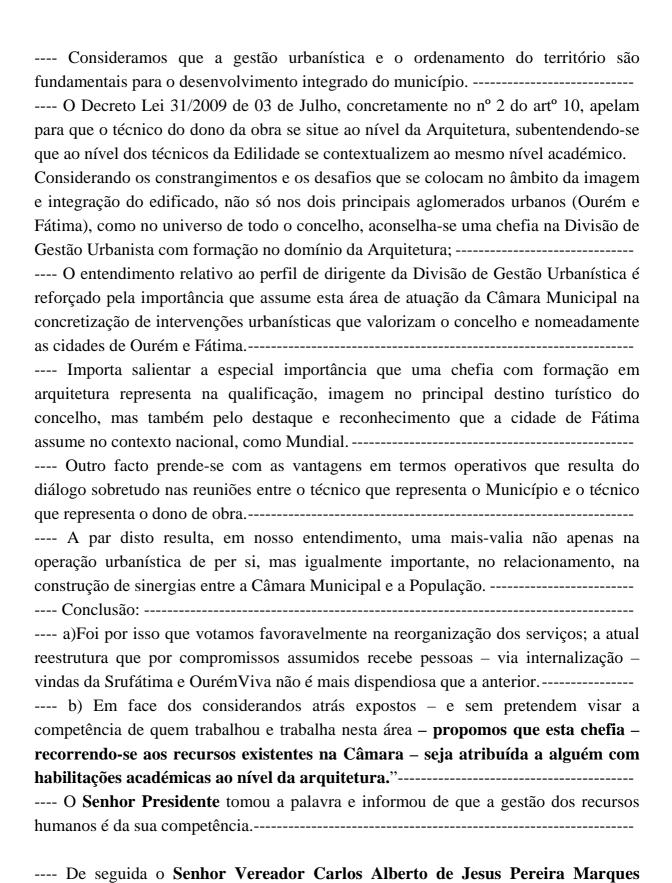
informação mais concreta.-----





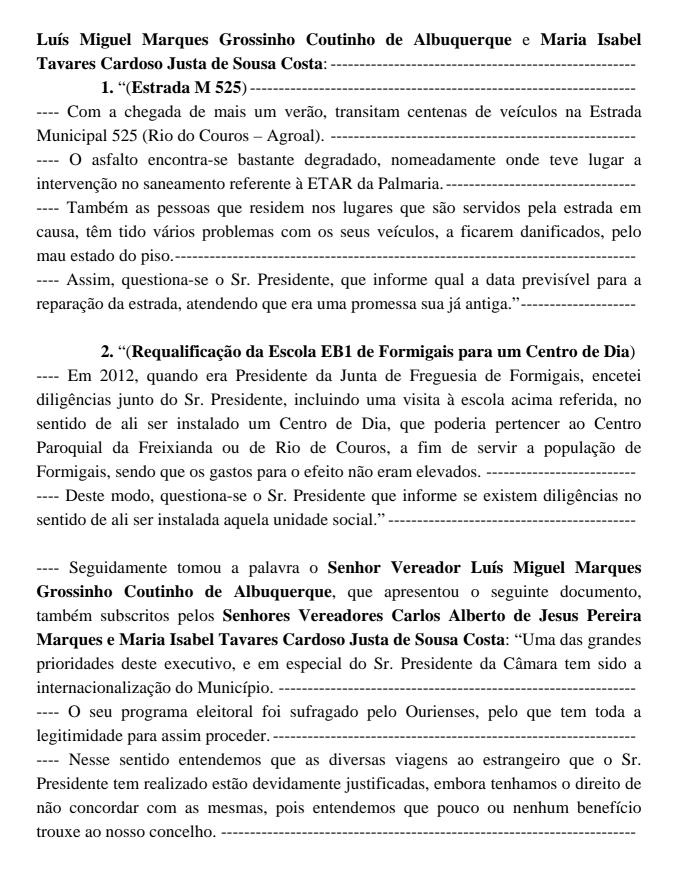
este figurino, tal se verifique e testemunhe na prática. -----



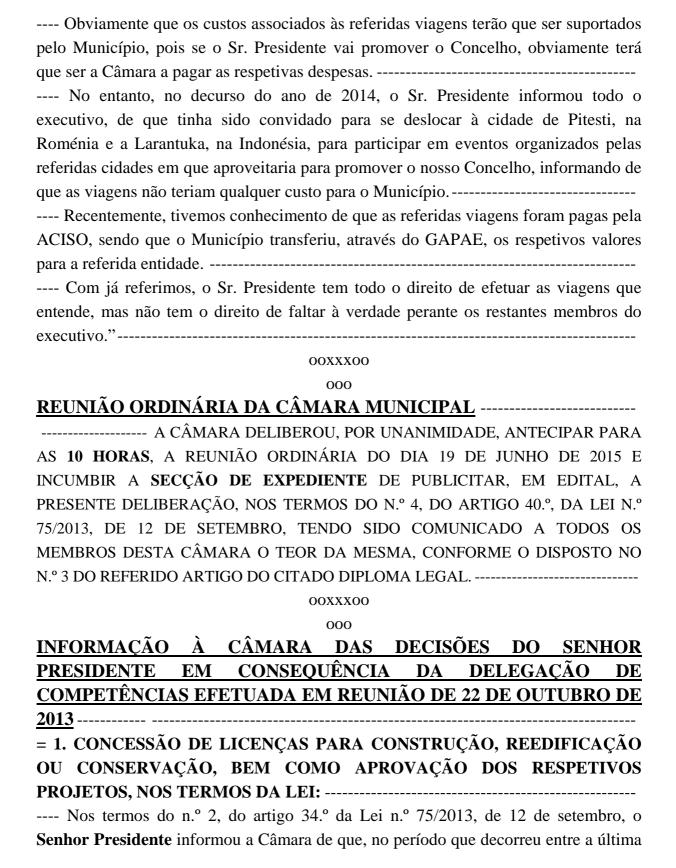


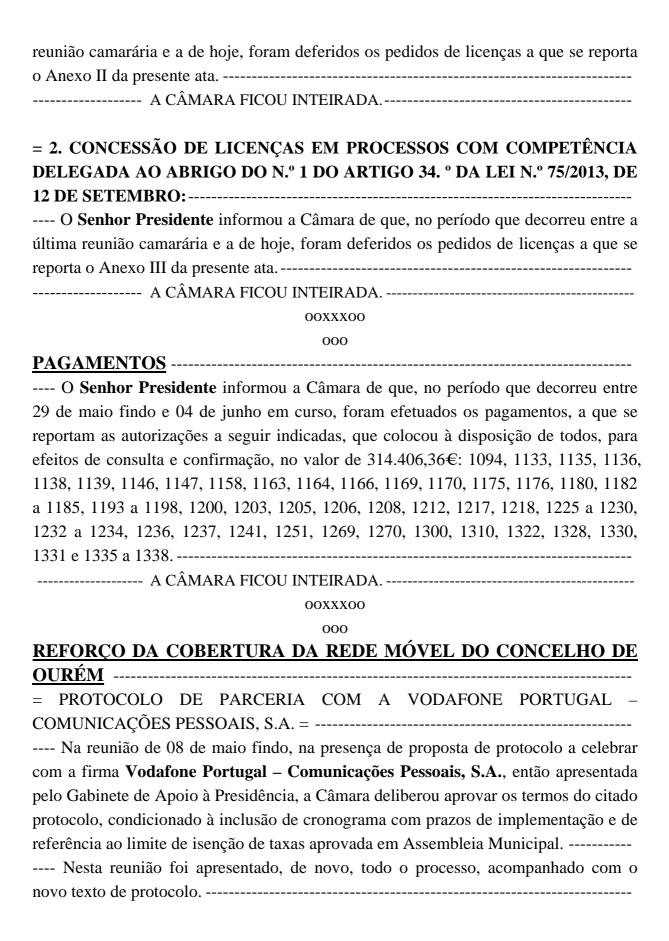
apresentou os seguintes documentos, também subscritos pelos Senhores Vereadores



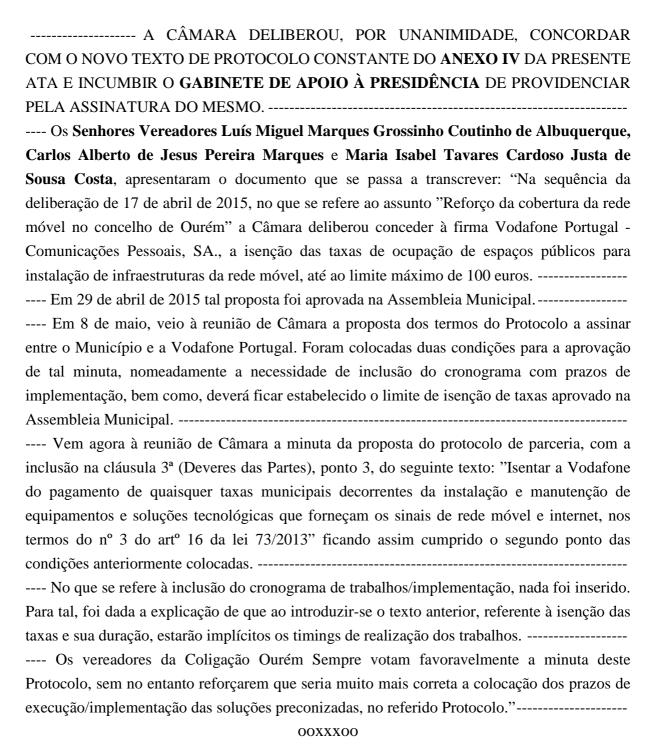










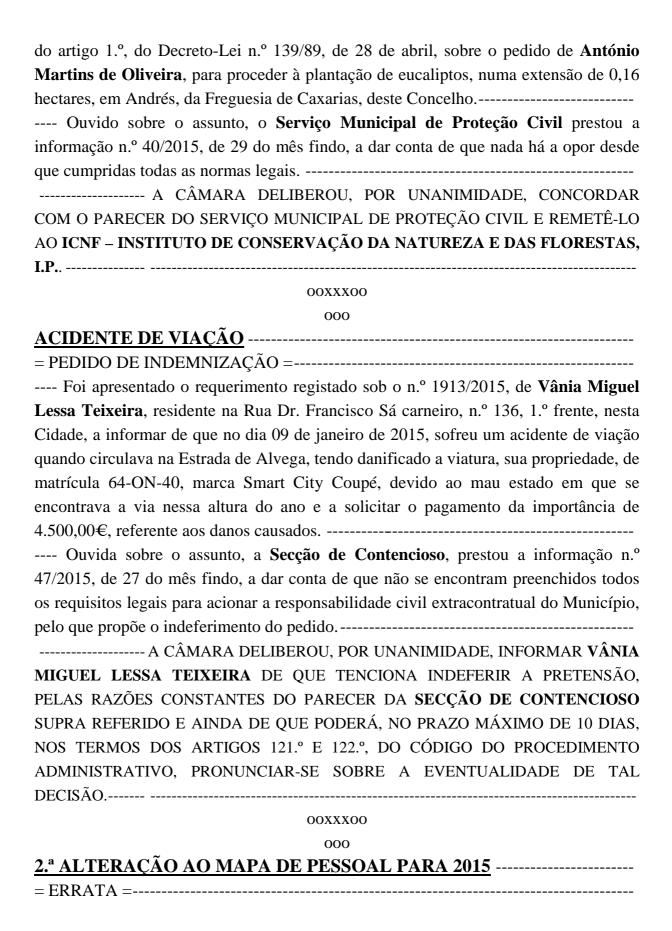


000

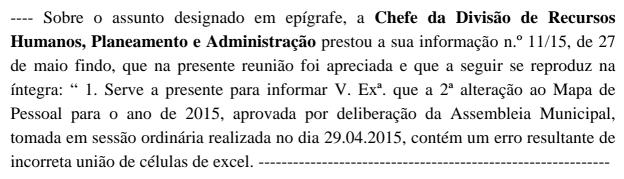
## <u>AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA AÇÕES DE (RE)ARBORIZAÇÃO</u> -----

---- Foi apresentada a carta registada sob n.º 11.719/2015, do **Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.**, com sede no Centro Nacional de Exposições (CNEMA), em Quinta das Cegonhas – Santarém, a solicitar a emissão de parecer, nos termos do n.º 1, do artigo 9.º, do Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho e









- 3. Para o efeito remetem-se em anexo novas versões, já corrigidas, do MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2015 2ª ALTERAÇÃO e ANEXO I Documento de Apoio ao Mapa de Pessoal 2015 2ª alteração. -----
- 4. Assim, no MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2015 2ª ALTERAÇÃO, já aprovado, na página 5 de 13, onde se lê: -----

Unidade Orgânica	Cargo/Carreira/Categoria	Código de PT para descrição de Funções
Secção de Taxas e Licenças	Assistente Operacional	DGF/STL06

---- Deve ler-se: -----

Unidade Orgânica	Cargo/Carreira/Categoria	Código de PT para descrição de Funções
Secção de Taxas e Licenças	Assistente Técnico	DGF/STL06

5. Ainda no ANEXO I – Documento de Apoio ao Mapa de Pessoal – 2015 – 2ª alteração – Descrição de Postos de Trabalho, onde se lê:-----

Código de PT	N° de PT´s	Carreira/Categoria – Caracterização da
		Carreira – n°2 do art°88° do anexo da Lei
		n°35/2014, de 20/06
DGF/STL06	2	Assistente Operacional - Funções de natureza
		executiva, de carácter manual ou mecânico,
		enquadradas em directivas gerais bem definidas e
		com graus de complexidade variáveis; Execução de
		tarefas de apoio elementares, indispensáveis ao
		funcionamento dos órgãos e serviços, podendo
		comportar esforço físico; Responsabilidade pelos
		equipamentos sob a sua guarda e pela sua correcta
		utilização, procedendo, quando necessário, à sua
		manutenção e reparação dos mesmos.

---- Deve ler-se: -----



Código de PT	N° de PT´s	Carreira/Categoria – Caracterização da Carreira – nº2 do artº88º do anexo da Lei
		n°35/2014, de 20/06
DGF/STL06	2	Assistente Técnico - Funções de natureza executiva, de aplicação de métodos e processos, com base em directivas bem definidas e instruções gerais, de grau médio de complexidade, nas áreas de actuação comuns e instrumentais e nos vários domínios de actuação dos órgãos e serviços.

	actuação comuns e instrumentais e nos vários domínios de actuação dos órgãos e serviços.
A presente errata deverá ser remetida a	os órgãos executivo e deliberativo,
para conhecimento	_
À Consideração Superior"	
A CÂMARA FICOU INT	
UNANIMIDADE, DAR CONHECIMENTO À <b>ASSI</b>	EMBLEIA MUNICIPAL
OOXXXOO	
000	
AMPLIAÇÃO DO NÚMERO DE COMPA	ARTES (LEI N.º 91/95, DE 2 DE
<u>SETEMBRO)</u>	
1. Foi apresentado o requerimento registado	sob o n.º 12.152/2015, de <b>Hermínia</b>
Pereira de Jesus Matias, residente na Rua Pr	incipal, n.º 101, em Casa Velha, da
Freguesia de Fátima, deste Concelho, a solicit	
artigo 54.°, da Lei n.° 91/95, de 02 de setembro,	com a redação dada pelo artigo 1.º da
Lei n.º 64/03, de 23 de agosto, para celebração	de escritura de doação, do prédio a
seguir descrito, por daí vir a resultar a constituiçã	o de compropriedade:
Prédio rústico composto por terra de	semeadura, sito em Couradas, na
localidade de Casa Velha, da Freguesia de	Fátima, do Concelho de Ourém, com
a área de 3500 m <sup>2</sup> , a confrontar a norte co	om Dionísio dos Reis, a sul e a poente
com estrada e a nascente com José dos Ai	
sob o artigo n.º 11392	
A CÂMARA DELIBEROU, POR	UNANIMIDADE, EMITIR PARECER
FAVORÁVEL	
2. Foi apresentado o requerimento registado s	sob o n.º 12.487/2015, de <b>Júlia Vieira</b>
Carriço, residente na Rua Domingos Dias, n.º 9	93, em Peras Ruivas, da Freguesia de
Seiça, deste Concelho, a solicitar parecer favorá	vel, nos termos do artigo 54.°, da Lei

n.º 91/95, de 02 de setembro, com a redação dada pelo artigo 1.º da Lei n.º 64/03, de 23 de agosto, para celebração de escritura de partilhas, por óbito de seu marido **Manuel Macio Carriço**, dos seguintes prédios: ------



- Prédio rústico composto por olival, atravessado por serventia, sito em Vale Marchante, limite do referido lugar de Peras Ruivas, com a área de 3324 m², a confrontar a norte e a nascente com Abel Oliveira Lopes dos Reis, a sul com herdeiros de José dos Santos Felicíssimo e outros e a poente com Manuel Carriço Pereira, inscrito na respetiva matriz predial rústica sob o artigo n.º 13445 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Ourém sob o n.º 3886;
- Prédio rústico composto por terra de pinhal, no sítio de Vale d'Areia, da referida localidade de Peras Ruivas, com a área de 725 m², a confrontar a norte com herdeiros de José Lopes dos Reis, a sul com herdeiros de João da Silva Neves de Sousa e Alvim, a nascente com baldio e a poente com estrada, inscrito



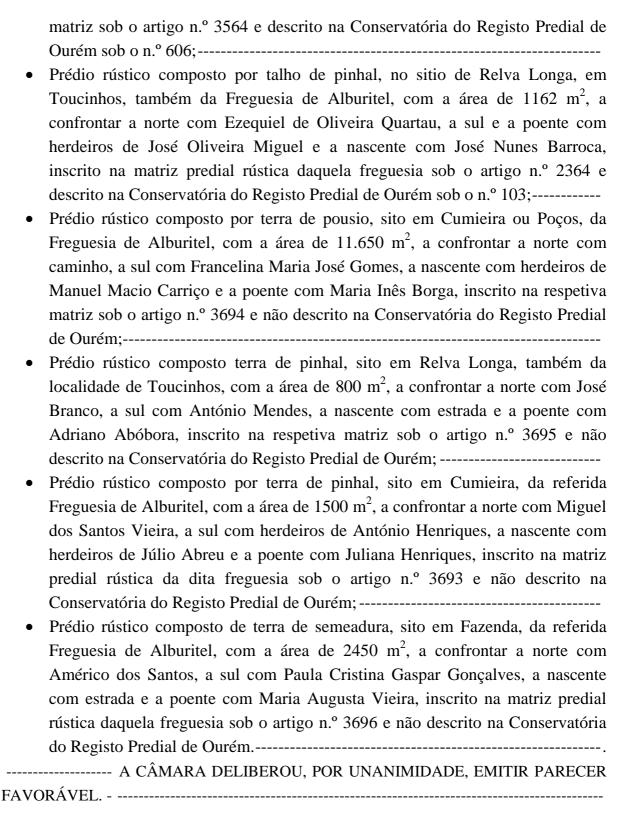


- 10035/100000 avos indivisos do prédio rústico composto por terra de oliveiras e mato, sito em Matas, da Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias, do Concelho de Ourém, com a área total de 30.638 m², a confrontar a norte com herdeiros de António Carriço Ferreira, a sul com herdeiros de Ermelinda Macio Rosa, a nascente com António Chucha Simões e a poente com herdeiros de Manuel Macio Carriço, inscrito na matriz predial rústica da dita freguesia sob o artigo n.º 9621 e não descrito na Conservatória do Registo Predial de Ourém; --



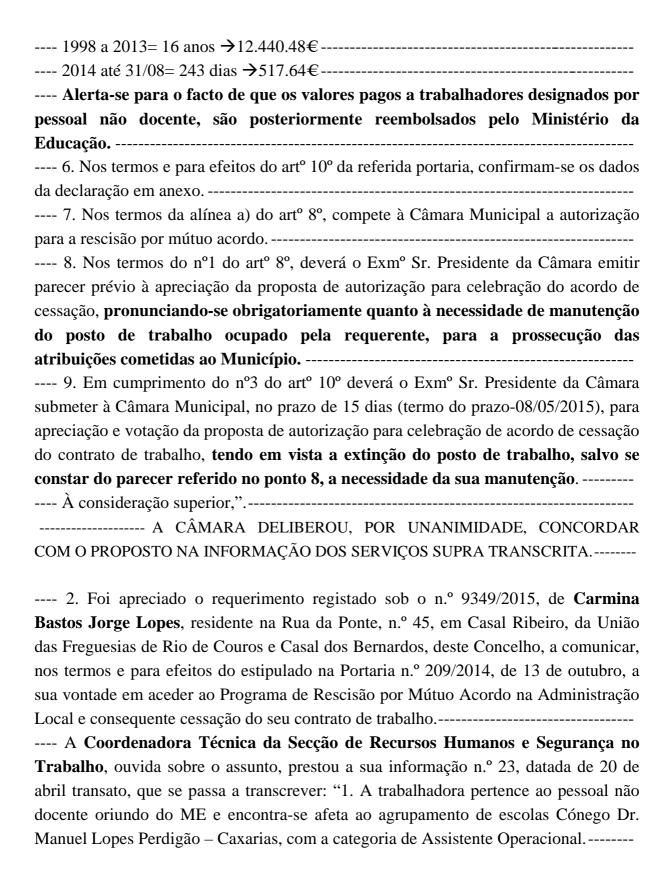
- Prédio rústico composto por terra de pinhal, sito em Vilar dos Prazeres, da mencionada Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias, com a área de 3980 m², a confrontar a norte com Joaquim Sebastião Pereira, a sul com Manuel Simão e José António Pereira, a nascente com estrada e a poente com José Augusto Faria Eugénio, inscrito na matriz predial rústica daquela freguesia sob o artigo n.º 13609 e não descrito na Conservatória do Registo Predial de Ourém;
- 1/6 indiviso do prédio rústico composto de terra de mato e pinhal, no sítio de Cascalheira, também da Freguesia de Alburitel, com a área total de 29.300 m², a confrontar a norte com estrada, a sul com terreno público, a nascente com António Ferreira e a poente com Abel Faria do Carmo, inscrito na respetiva





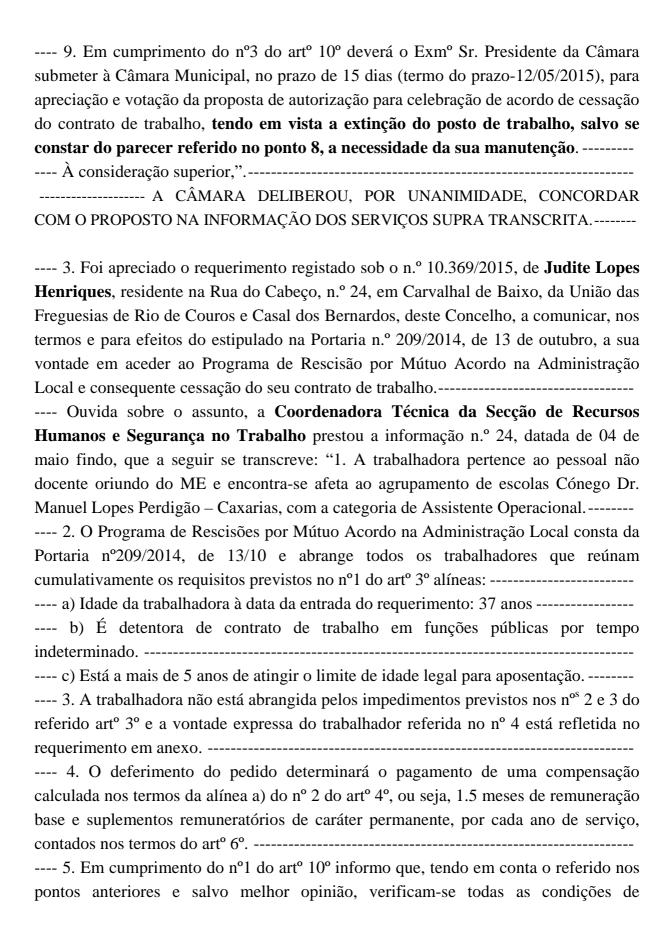


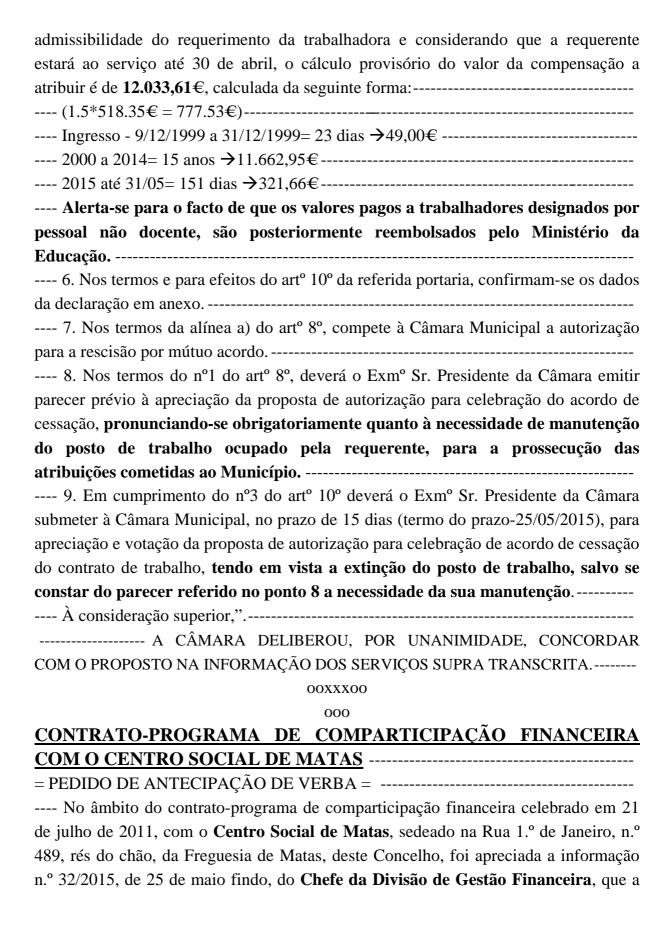
## RECURSOS HUMANOS -----= DENÚNCIA DE CONTRATOS DE TRABALHO POR MÚTUO ACORDO = --------- 1. Foi apreciado o requerimento registado sob o n.º 9076/2015, de Paula Cristina Rei Faria, residente na Rua Principal, n.º 76, em Cavadinha, da Freguesia de Urqueira, deste Concelho, a comunicar, nos termos e para efeitos do estipulado na Portaria n.º 209/2014, de 13 de outubro, a sua vontade em aceder ao Programa de Rescisão por Mútuo Acordo na Administração Local e consequente cessação do seu contrato de trabalho.--------- A Coordenadora Técnica da Secção de Recursos Humanos e Segurança no Trabalho, ouvida sobre o assunto, prestou a sua informação n.º 22, datada de 20 de abril transato, que se passa a transcrever: "1. A trabalhadora pertence ao pessoal não docente oriundo do ME e encontra-se afeta ao agrupamento de escolas Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão – Caxarias, com a categoria de Assistente Operacional.--------- 2. O Programa de Rescisões por Mútuo Acordo na Administração Local consta da Portaria nº209/2014, de 13/10 e abrange todos os trabalhadores que reúnam cumulativamente os requisitos previstos no nº1 do artº 3º alíneas: ---------- a) Idade da trabalhadora à data da entrada do requerimento: 44 anos ---------- b) É detentora de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado. --------- c) Está a mais de 5 anos de atingir o limite de idade legal para aposentação. --------- 3. A trabalhadora não está abrangida pelos impedimentos previstos nos n<sup>os</sup> 2 e 3 do referido artº 3º, uma vez que iniciou a licença sem remuneração pelo período de 11 meses a 1/09/2014 e a vontade expressa do trabalhador referida no nº 4 está refletida no requerimento em anexo.--------- 4. O deferimento do pedido determinará o pagamento de uma compensação calculada nos termos da alínea a) do nº 2 do artº 4º, ou seja, 1.5 meses de remuneração base e suplementos remuneratórios de caráter permanente, por cada ano de serviço, contados nos termos do artº 6º. --------- 5. Em cumprimento do nº1 do artº 10º informo que, tendo em conta o referido nos pontos anteriores e salvo melhor opinião, verificam-se todas as condições de admissibilidade do requerimento da trabalhadora e considerando que a requerente esteve ao serviço até 31 de agosto de 2014, devendo no entanto considerar-se a rescisão à data constante do acordo, o cálculo provisório do valor da compensação a atribuir é de **13.124.28**€, calculada da seguinte forma:--------- (1.5\*518.35€ = 777.53€)---------- Ingresso a 15/10/1997 a 31/12/1997= 78 dias → 166.16€ ------



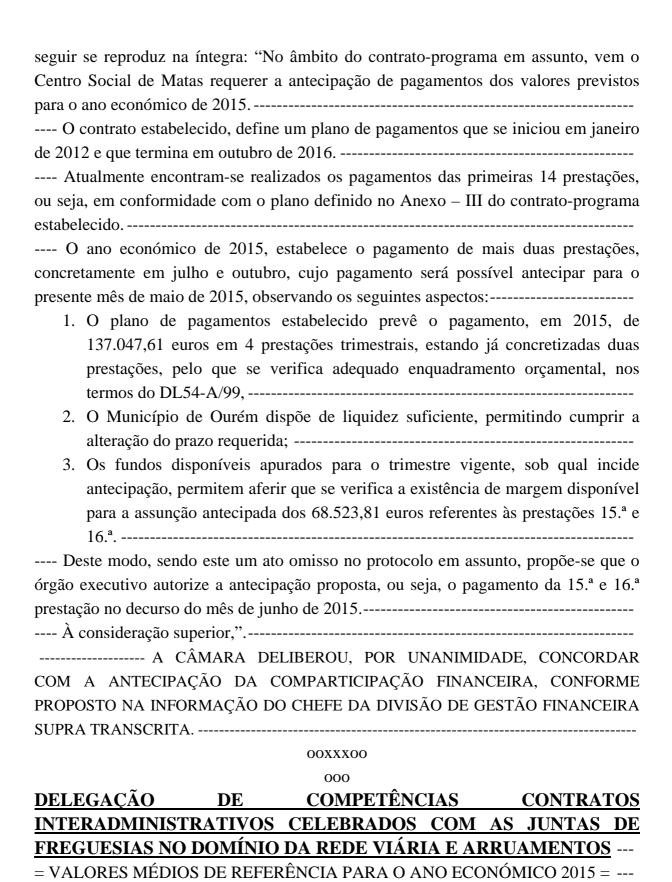
2. O Programa de Rescisões por Mútuo Acordo na Administração Local consta da
Portaria nº209/2014, de 13/10 e abrange todos os trabalhadores que reúnam
cumulativamente os requisitos previstos no nº1 do artº 3º alíneas:
a) Idade da trabalhadora à data da entrada do requerimento: 35 anos
b) É detentora de contrato de trabalho em funções públicas por tempo
indeterminado
c) Está a mais de 5 anos de atingir o limite de idade legal para aposentação
3. A trabalhadora não está abrangida pelos impedimentos previstos nos nos 2 e 3 do
referido artº 3º e a vontade expressa do trabalhador referida no nº 4 está refletida no
requerimento em anexo
4. O deferimento do pedido determinará o pagamento de uma compensação
calculada nos termos da alínea a) do nº 2 do artº 4º, ou seja, 1.5 meses de remuneração
base e suplementos remuneratórios de caráter permanente, por cada ano de serviço,
contados nos termos do artº 6º
5. Em cumprimento do nº1 do artº 10º informo que, tendo em conta o referido nos
pontos anteriores e salvo melhor opinião, verificam-se todas as condições de
admissibilidade do requerimento da trabalhadora e considerando que a requerente
estará ao serviço até 30 de abril, o cálculo provisório do valor da compensação a
atribuir é de <b>12.630,07</b> €, calculada da seguinte forma:
(1.5*518.35€ = 777.53€)
Ingresso - 1/02/1999 a 31/12/1999= 334 dias →711,49€
2000 a 2014= 15 anos →11.662,95€
2015 até 30/04= 120 dias →255,63€
Alerta-se para o facto de que os valores pagos a trabalhadores designados por
pessoal não docente, são posteriormente reembolsados pelo Ministério da
Educação
6. Nos termos e para efeitos do artº 10º da referida portaria, confirmam-se os dados
da declaração em anexo
7. Nos termos da alínea a) do artº 8º, compete à Câmara Municipal a autorização
para a rescisão por mútuo acordo
8. Nos termos do nº1 do artº 8º, deverá o Exmº Sr. Presidente da Câmara emitir
parecer prévio à apreciação da proposta de autorização para celebração do acordo de
cessação, pronunciando-se obrigatoriamente quanto à necessidade de manutenção
do posto de trabalho ocupado pela requerente, para a prossecução das
atribuições cometidas ao Município







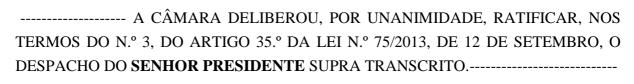






Designação	Valores/hora (atualização)
Máquina de Sulfatar	15,00 €
Mini Pá Carregadora	20,00 €
Mini Dumper	15,00 €
Cilindro	15,00 €
Mini-escavadora giratória	30,00 €
Escavadora Giratória	47,50 €
Motoniveladora	47,50 €
Retro Escavadora	30,00 €
Tractor Agrícola	27,50 €
Tractor Agrícola (sulfatar)	27,50 €
Tractor Agrícola com limpa bermas	45,00 €
Veículo pesado de mercadorias	35,00 €
Veículo ligeiro	9,00 €
Veículo ligeiro de mercadorias	17,50 €
Moto-roçador	20,00 €
Assistente operacional	7,00 €
Assistente operacional (CEI)	1,65 €

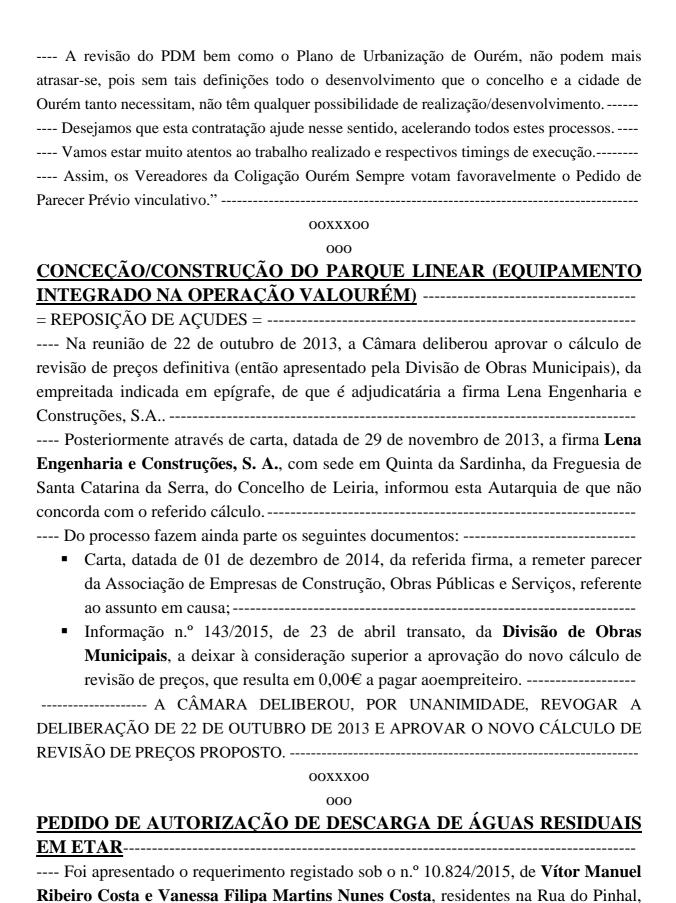


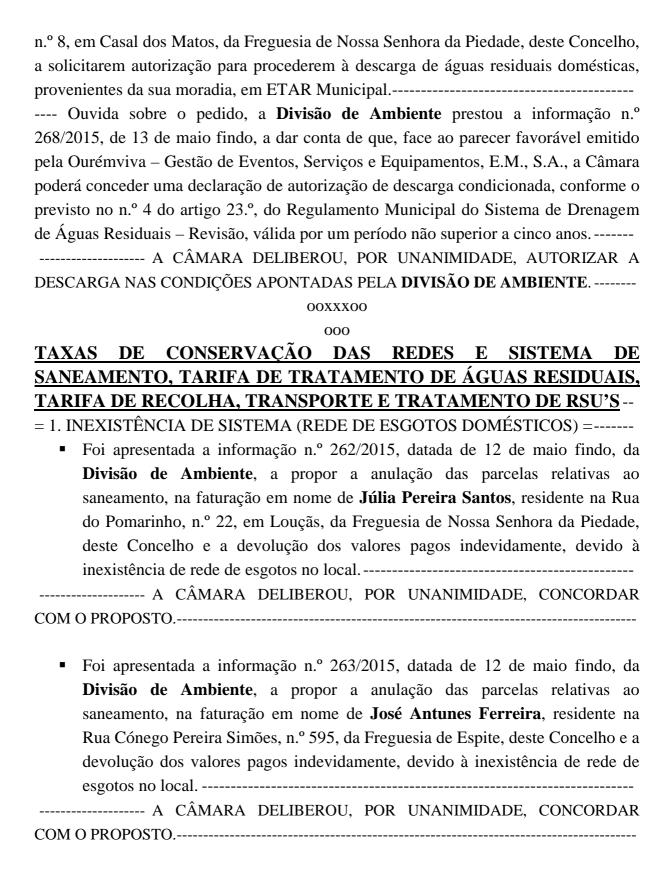


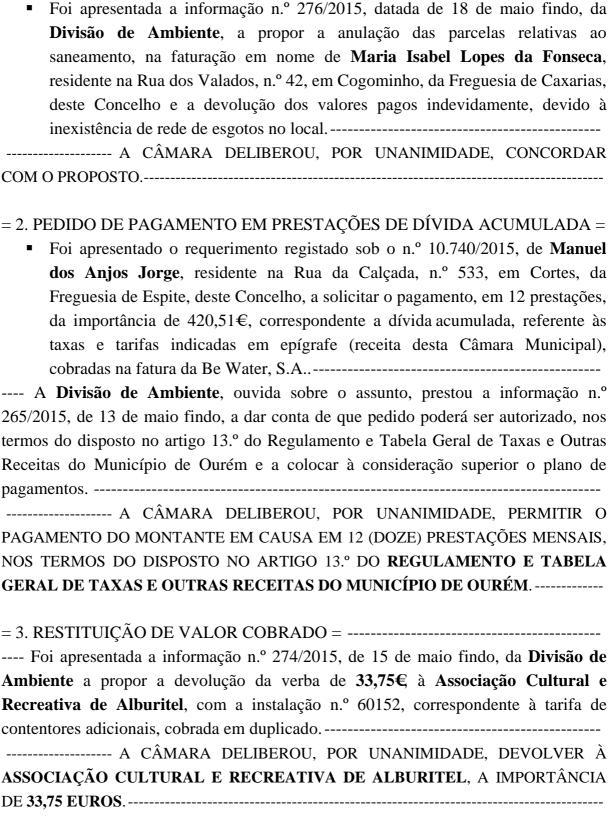
OOXXXOO 000

## PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTADORIA NAS ÁREAS DO

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO URBANISMO --------- No âmbito do assunto supra mencionado, foi apresentada a informação n.º 165/2015, de 26 de maio findo, da Secção de Contratação Pública e Aprovisionamento, a colocar à consideração superior a contratação dos serviços de consultadoria nas áreas do ordenamento do território e do urbanismo, pela firma GIPP - Gestão Integrada de Projetos e Planeamento, Limitada. --------- O processo encontra-se instruído com uma informação, datada daquele mesmo dia, do Chefe da Divisão de Gestão Financeira. ----- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, EMITIR PARECER PRÉVIO VINCULATIVO À CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSULTADORIA EM CAUSA, PELA FIRMA GIPP – GESTÃO INTEGRADA DE PROJETOS E PLANEAMENTO, LIMITADA, COM SEDE NA ESTRADA EXTERIOR DA CIRCUNVALAÇÃO, N.º 3848, 1.º ANDAR, SALA 5, EM AREOSA, DA FREGUESIA DE RIO TINTO, DO CONCELHO DE GONDOMAR, NOS TERMOS DO NÚMEROS 5 E 12, DO ARTIGO 75.°, DA LEI N.° 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO. ---------- Os Senhores Vereadores Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho de Albuquerque, Carlos Alberto de Jesus Pereira Marques e Maria Isabel Tavares Cardoso Justa de Sousa Costa, apresentaram o documento que se passa a transcrever: Vem o executivo socialista apresentar a proposta de Parecer prévio vinculativo, referente ao P056/2015 -Prestação de Serviços de consultadoria nas áreas do ordenamento do território e do urbanismo", a adjudicar à empresa GIPP – Gestão Integrada de Projetos e Planeamento, Lda. Segundo consta do Caderno de Encargos, esta adjudicação serve para acelerar o processo de Revisão do PDM e a elaboração do Plano de Urbanização de Ourém. --------- O valor previsto para o ano de 2015 é de 51.414,00€ (IVA incluído). ---------- Foram apresentadas pelo Sr. Vereador Nazareno do Carmo, as justificações para tal aquisição de serviços, realçando a necessidade e oportunidade de tal contratação. ---------- Mais uma vez constatamos a deficiente definição de trabalhos a executar, a não inclusão dos prazos intermédios a cumprir, bem como a falta de apresentação dos mecanismos de controlo, para avaliação dos Serviços adjudicados. ------

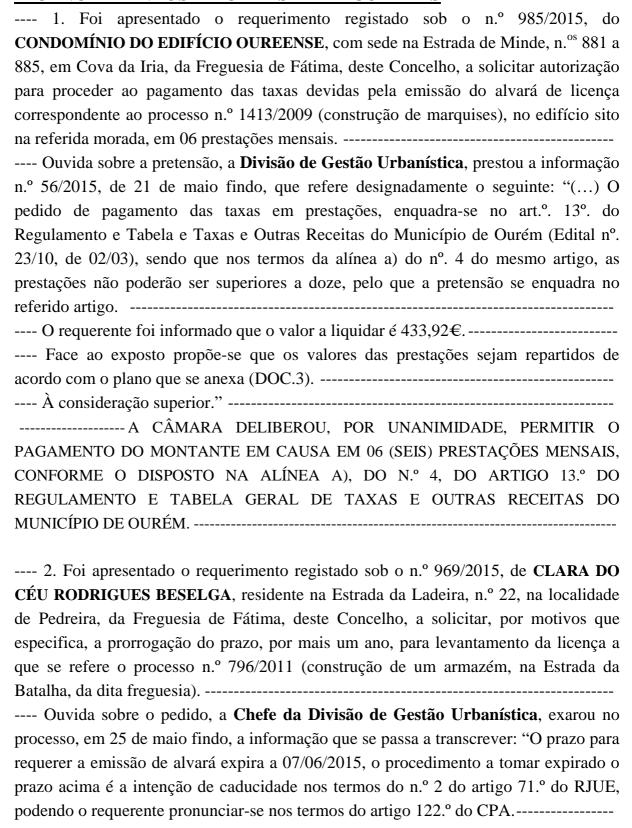




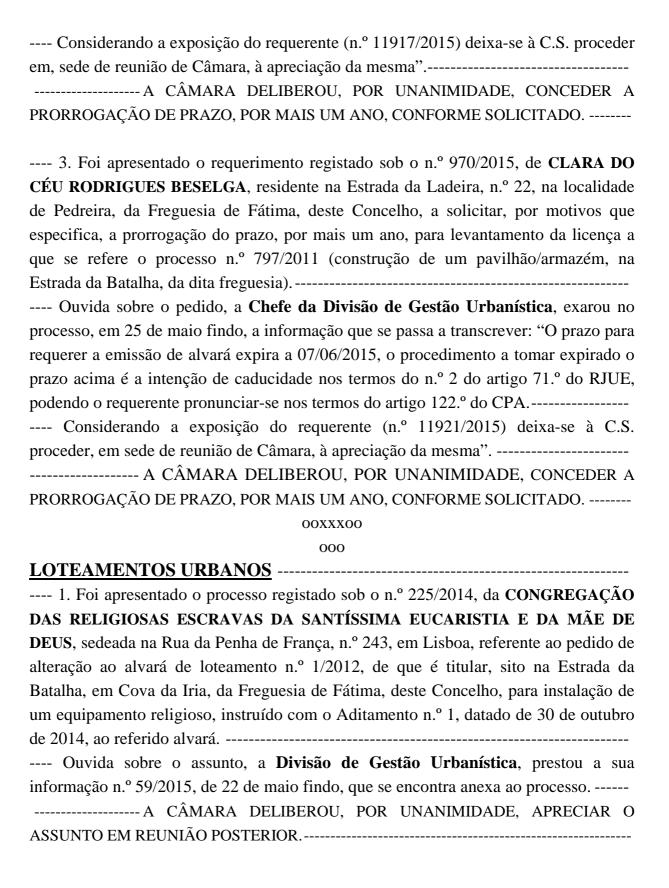




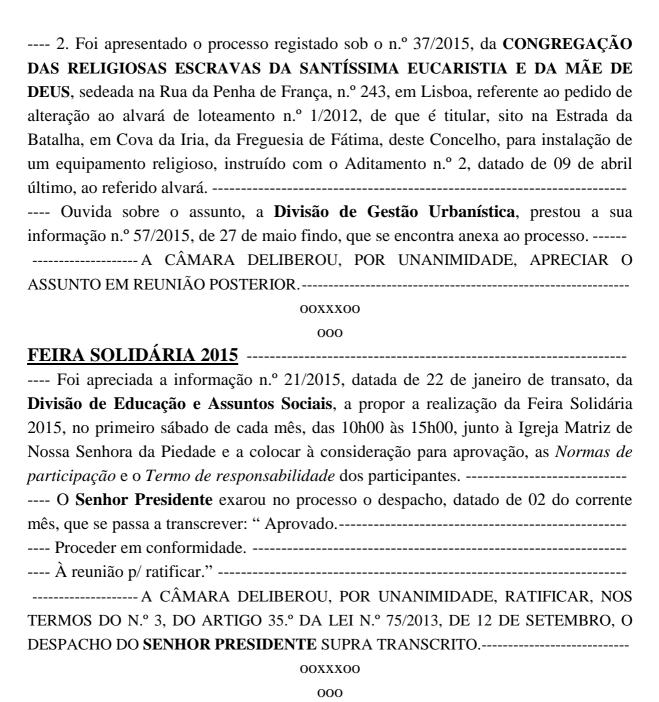
## LICENCIAMENTOS DE OBRAS PARTICULARES-----









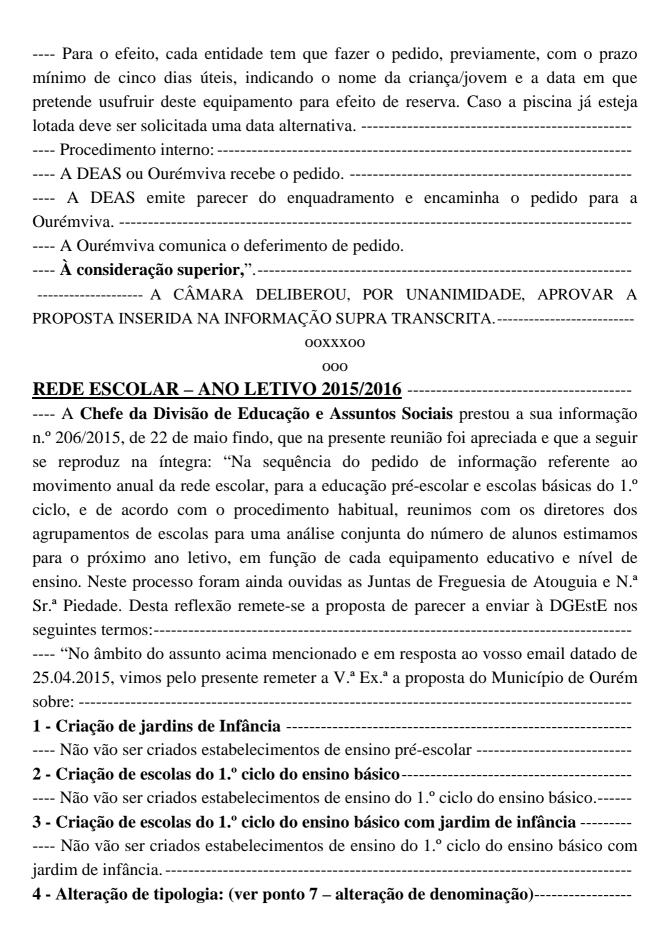


# PROPOSTA DE CANDIDATURA AO PROGRAMA DE OCUPAÇÃO DE TEMPOS LIVRES (OTL)

---- Sobre o assunto mencionado em título, foi apresentada a informação n.º 187, datada de 15 de maio findo, da **Divisão de Educação e Assuntos Sociais**, que se passa a transcrever: "No âmbito do trabalho desenvolvido no Centro Comunitário de Voluntariado, realizou-se no ano 2013 a primeira edição da Semana de Voluntariado Jovem e em 2014 a segunda edição. Esta actividade consistiu na dinamização de um grupo de 15 jovens, com idades compreendidas entre os 14 e os 17 anos com



actividades em diversos sectores de voluntariado (solidariedade sénior; deficiência;
ambiente e segurança) e teve como objectivos:
promover o espírito do voluntariado nos jovens;
promover o convívio intergeracional;
fomentar o respeito pela diferença;
favorecer o gosto pela preservação dos espaços verdes;
possibilitar de novas competências;
estimular o desenvolvimento pessoal e profissional;
ampliar a rede de contactos interpessoais;
fomentar o espírito de responsabilidade cívica
No sentido de dinamizar a terceira edição do projecto, propõe-se a iniciativa seja
candidatada ao Programa OTL 2015, na modalidade de curta duração, tendo como
áreas prioritárias o combate à exclusão social e o voluntariado, cf. documentos em
anexo
Trata-se de uma candidatura que não representa qualquer custo para o Município
À consideração superior."
O Senhor Presidente exarou no processo o despacho, datado de 18 também de
maio findo, que se passa a transcrever: "Autorizo a candidatura
À reunião p/ ratificação do meu despacho."
A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, RATIFICAR, NOS
TERMOS DO N.º 3, DO ARTIGO 35.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, O
DESPACHO DO <b>SENHOR PRESIDENTE</b> SUPRA TRANSCRITO
OOXXXOO
000
<b>ÉPOCA BALNEAR 2015</b>
= UTILIZAÇÃO DAS PISCINAS MUNICIPAIS DE OURÉM =
Foi apresentada a informação n.º 197, de 20 do mês findo, da Chefe da Divisão de
Educação e Assuntos Sociais, que se passa a transcrever: "Considerando que há
várias IPSS a solicitarem a entrada gratuita de crianças/ jovens que usufruem destes
equipamentos sociais, nas piscinas municipais, proponho que se considere a
possibilidade de entrada gratuita a crianças 7 -17 anos, (uma vez que dos 0 - 6 já é
gratuita), integradas em entidades de cariz social, no período de época balnear. Cada
criança ou jovem poderia beneficiar de 5 manhãs (10H – 14h00) neste período. Este
critério pretende acautelar a prevenção solar e o período de menor conflitualidade com
outros utilizadores





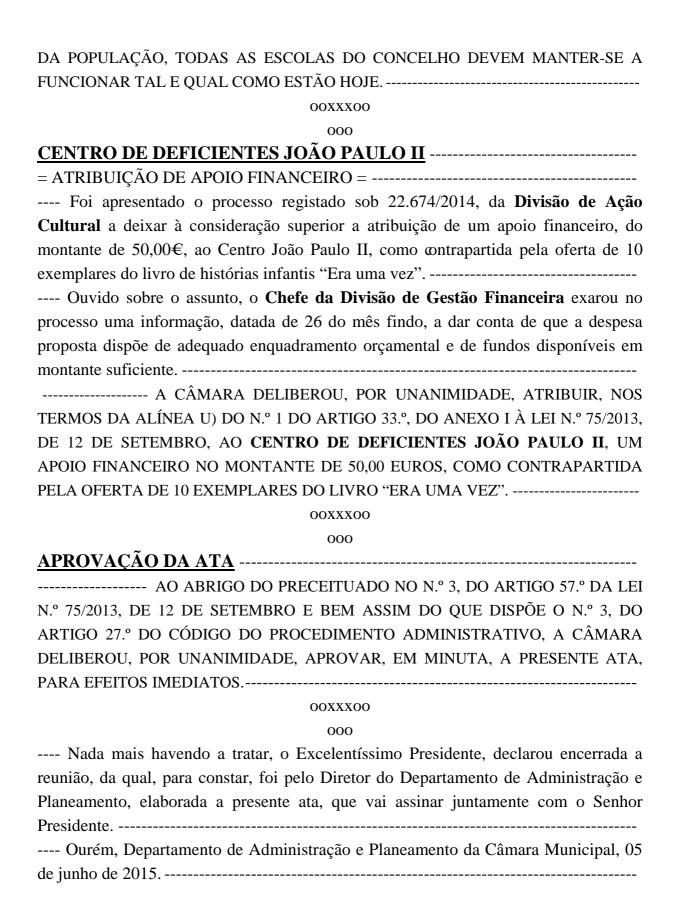
Não se perspetiva alteração de tipolog	gia de escola
5 - Extinção de escolas	
Perspetiva-se a seguinte extinção:	
Jardim de Infância (JI) ou Escola básica do 1.º ciclo (EB1)	Estabelecimento de acolhimento
JI de Vale Travesso: estabelecimento de ensino a encerrar	
JI de Atouguia: estabelecimento de ensino a encerrar	Centro Escolar de Caridade
6 - Reativação de escolas: não se perspe	etiva a reativação de escolas
7 - Alteração de denominação/numeraç	ão
Não se perspetiva alteração de denom	inação/numeração de JI/escola
8- Pedido de prorrogação da a aberto	ura excecional para manter escolas do 1.º
CEB em funcionamento no ano letivo d	le 2014/2015
No âmbito da aplicação da Portaria,	referente ao encerramento de escolas do 1.º
ciclo com menos de 21 alunos, e con	siderando o facto de algumas das escolas
abrangidas pela mesma não disporem o	de escola de acolhimento em condições de
receber os alunos das escolas a suspender	, solicita-se a V. Ex.ª autorização para manter
em funcionamento, no ano letivo de 20	15/2016, as seguintes escolas, pelos motivos
referidos:	

Freguesia	Escola a manter	Escola definida	Motivo para manutenção
		para acolhimento	por mais um ano
			Ainda não há condições para efetuar o
Urqueira	EB1 de Mata		transporte e os estabelecimentos de ensino
			mais próximos não reúnem as condições para
			receber estes alunos. Estima-se que irá ter 20
			alunos no próximo ano.
			Ainda não há condições para efetuar o
			transporte e é necessário requalificar o
Caxarias	EB1 de Pisões		estabelecimento de ensino mais próximo,
			entenda-se o da Carvoeira, para receber os
			alunos. Estima-se que irá ter 18 alunos no
			próximo ano.
N.a S.a da	EB1 de Vale		Estima-se que irá ter 15 alunos no próximo
Piedade	Travesso		ano e que ainda não há condições para
			efetuar o transporte.
			Estima-se que no próximo ano irá ter 20
			alunos e que os estabelecimentos de ensino
União das	EB1 de Pisão		mais próximos não reúnem as condições para
Freguesias de			receber estes alunos.
Matas e Cercal			Estima-se que no próximo ano irá ter 22
			alunos e que os estabelecimentos de ensino
	EB1 de Cercal		mais próximos não reúnem as condições para
			receber estes alunos.



9- Estabelecimento de ensino do 1.º CEB com previsão de alunos a rondar os 21
alunos
Estimamos que estarão no limite dos 21 alunos as escolas EB1 de Fontaínhas da
Serra e Espite. No entanto, não se perspetiva o seu encerramento tendo em conta a
inexistência de escolas de acolhimento com melhores condições, assim como a
incapacidade, por parte desta autarquia, em assegurar a rede de transporte necessária
10- Prorrogação de abertura excecional dos estabelecimentos de ensino do pré-
escolar com menos de 20 alunos
Para o ano letivo 2015/16, verifica-se a necessidade de prorrogação de abertura
excecional de estabelecimentos de ensino de dois agrupamentos de escolas, conforme
passamos a especificar em 10.1 e 10.2
10.1. Agrupamento de Escolas de Ourém
JI de Bairro, JI de Pisão-Matas e JI de Pinheiro: entendemos que estes
estabelecimentos devem manter-se em funcionamento dado não haver
estabelecimentos do ensino pré-escolar capazes de receber os alunos inscritos, nas
localidades de Bairro, Pisão-Matas e Pinheiro, nem nas suas proximidades. Também se
afigura difícil assegurar o transporte destas crianças uma vez que a rede de transportes
é deficitária, designadamente para a faixa etária em apreço
10.2. Agrupamento de Escolas Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão
JI de Casal dos Bernardos, JI de Espite, JI de Mata, JI de Pisões, JI de Rio de
Couros e JI de Urqueira Norte: entendemos que o JI de Espite integra o único
equipamento educativo da freguesia e não tem rede de transportes para alunos deste
escalão etário. No que se refere aos JI de Casal dos Bernardos, Mata, Pisões e
Urqueira-Norte, entendemos que estes estabelecimentos devem manter-se em
funcionamento uma vez que não há estabelecimentos do ensino pré-escolar com
condições para receber os alunos inscritos, bem como se afigura difícil assegurar o
transporte destas crianças dado a rede de transportes ser deficitária, designadamente
para a faixa etária em apreço
Regista-se que os dados referentes aos alunos do pré-escolar apenas poderão ser
confirmados em julho uma vez que os agrupamentos de escolas ainda não sabem
quantas crianças irão integrar o 1.º ano do Jardim de Infância em 2015/2016."
À consideração superior,"
A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, TOMAR BOA
NOTA DA APRECIAÇÃO DOS SERVIÇOS E COMUNICAR AO <b>MINISTÉRIO DA</b>
EDUCAÇÃO E CIÊNCIA QUE, TODAVIA, EM FACE DO EVENTUAL
AGRAVAMENTO DA DESERTIFICAÇÃO, BEM COMO DO EVENTUAL AUMENTO







## O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEAMENTO,



# ORDEM DO DIA PARA A REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL MARCADA PARA 05/06/2015

## = PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA" – ARTIGO 52.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO

### 1. PRESIDÊNCIA

## 1.1. COMUNICAÇÕES DO PRESIDENTE DA CÂMARA

- = Da aprovação dos projetos de licenças para construção, reedificação ou conservação sobre os quais despachou em conformidade com a delegação de competências, efetuada em reunião de 2013.10.22:
- = Da aprovação de licenças em processos com competência delegada ao abrigo do n.º 1, do artigo 34.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- = Pagamentos.

## 1.2. GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

= Reforço da cobertura da rede móvel do Concelho de Ourém – Protocolo de parceria com a Vodafone Portugal – Comunicações Pessoais, S.A..

## 1.3. SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL

= Autorização prévia para ações de (re)arborização – Carta registada sob o n.º 11.719/2015, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido de António Martins de Oliveira.

## 2. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEAMENTO

= Acidente de viação - Pedido de indemnização - Requerimento registado sob o n.º 1913/2015, de Vânia Miguel Lessa Teixeira, sobre acidente ocorrido na Estrada de Alvega, no dia 09/01/2015.

## 2.1. DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS, PLANEAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

= 2.ª Alteração ao Mapa de Pessoal para 2015 – Errata – Informação n.º 11/15, datada de 27 de maio findo, da Chefe da Divisão de Recursos Humanos, Planeamento e Administração.

## 2.1.1. SECÇÃO DE EXPEDIENTE

- = Ampliação do número de compartes:
  - 1. Requerimento registado sob o n.º 12.152/2015, de Hermínia Pereira de Jesus Matias, sobre prédio sito em Casa Velha Freguesia de Fátima;
  - 2. Requerimento registado sob o n.º 12.487/2015, de Júlia Vieira Carriço, sobre prédios sitos nas Freguesias de Seiça, de Nossa Senhora das Misericórdias e de Alburitel.

## 2.1.2. SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA NO TRABALHO

- = Recursos Humanos Denúncia de contratos de trabalho por mútuo acordo:
  - 1. Requerimento registado sob o n.º 9076/2015, de Paula Cristina Rei Faria;
  - 2. Requerimento registado sob o n.º 9349/2015, de Carmina Bastos Jorge Lopes;
  - 3. Requerimento registado sob o n.º 10.369/2015, de Judite Lopes Henriques.

### 2.2. DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA



- = Contrato-programa de comparticipação financeira com o Centro Social de Matas Pedido de antecipação de verba Informação n.º 32/2015, de 25 do mês findo, do Chefe da Divisão de Gestão Financeira (DGF);
- = Delegação de competências Contratos interadministrativos celebrados com as Juntas de Freguesias no domínio da rede viária e arruamentos Valores médios de referência para o ano económico 2015 Informação n.º 34/2015, de 01 de junho em curso, do Chefe da DGF.

## 2.2.1. SECÇÃO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA E APROVISIONAMENTO

= Prestação de serviços de consultadoria nas áreas do ordenamento do território e do urbanismo – Informação n.º 165/2015, de 26 do mês findo, da Secção de Contratação Pública e Aprovisionamento.

## 3. DEPARTAMENTO DO TERRITÓRIO

## 3.1. DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS

= Conceção/construção do Parque Linear (Equipamento Integrado na Operação Valourém) – Reposição de açudes – Informação n.º 143/2015, de 23 de abril transato, da Divisão de Obras Municipais.

### 3.2. DIVISÃO DE AMBIENTE

- = Pedido de autorização de descarga de águas residuais em ETAR Requerimento registado sob o n.º 10.824/2015, de Vítor Manuel Ribeiro Costa e Vanessa Filipa Martins Nunes Costa;
- = Taxas de conservação das redes e sistema de saneamento, tarifa de tratamento de águas residuais, tarifa de recolha, transporte e tratamento de RSU's:
  - 1. Inexistência de sistema (Rede de esgotos domésticos):
    - Informação n.º 262/2015, de 12 de maio findo, da Divisão de Ambiente (DA);
    - Informação n.º 263/2015, de 12 de maio findo, da DA;
    - Informação n.º 276/2015, de 18 de maio findo, da DA;
  - 2. Pedido de pagamento em prestações de dívida acumulada Informação n.º 265/2015, de 13 do mês findo, da DA;
  - 3. Restituição de valor cobrado Informação n.º 274/2015, de 15 de maio findo, da DA.

## 3.3. DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

- = Licenciamento de obras particulares:
  - Requerimento registado sob o n.º 985/2015, do Condomínio do Edifício Oureense Pedido de pagamento em prestações do alvará de licença de obras, relativo ao processo n.º 1413/2009 (construção de marquises) no edifício sito na Estrada de Minde, n.º 32, da Freguesia de Fátima;
  - 2. Requerimento registado sob o n.º 969/2015, de Clara do Céu Rodrigues Beselga Prorrogação de prazo para levantamento de licença, relativa ao processo n.º 796/2011 (construção de armazém), na Estrada da Batalha, da Freguesia de Fátima;
  - 3. Requerimento registado sob o n.º 970/2015, de Clara do Céu Rodrigues Beselga Prorrogação de prazo para levantamento de licença, relativa ao processo n.º 797/2011 (construção de pavilhão/armazém), na Estrada da Batalha, da Freguesia de Fátima;

#### = Loteamentos urbanos:

1. Processo n.º 225/2014, da Congregação das Religiosas Escravas da Santíssima Eucaristia e da Mãe de Deus – Aditamento n.º 1 ao Alvará de loteamento n.º 1/2012, sito na Estrada da Batalha, n.º 7, em Cova da Iria, da Freguesia de Fátima;



2. Processo n.º 37/2015, da Congregação das Religiosas Escravas da Santíssima Eucaristia e da Mãe de Deus – Aditamento n.º 2 ao Alvará de loteamento n.º 1/2012, sito na Estrada da Batalha, n.º 7, em Cova da Iria, da Freguesia de Fátima.

### 4. DEPARTAMENTO DE CIDADANIA

## 4.1. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E ASSUNTOS SOCIAIS

- = Feira Solidária 2015 Informação n.º 21/2015, datada de 22 de janeiro de 2015, da Divisão de Educação e Assuntos Sociais (DEAS);
- = Proposta de candidatura ao Programa de Ocupação de Tempos Livres (OTL) Informação n.º 187, de 15 de maio findo, da Chefe da DEAS;
- = Época balnear 2015 Utilização das Piscinas Municipais de Ourém Informação n.º 197, de 20 de maio findo, da Chefe da DEAS;
- = Rede escolar Ano letivo 2015/2016 Informação n.º 206/2015, de 22 do mês findo, da Chefe da DEAS.

## 4.2. DIVISÃO DE AÇÃO CULTURAL

= Centro de Deficientes João Paulo II – Atribuição de apoio financeiro – Processo registado sob o n.º 22.674/2014, da Divisão de Ação Cultural.

Câmara Municipal de Ourém, 02 de junho de 2015

O Presidente da Câmara

Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca



## **DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA**

Processos deferidos por despacho dos Exmos. Presidente e Vereadores, 29/05/2015 a 04/06/2015

Processo nº	Requerente	Local
346/2001	Agostinho de Assunção Bastos	Rua Nossa Sra. da Conceição, n.º 35 - Caxarias
5/2014	António de Almeida Mateus	Rua Principal, n.º 94 – Casal de Baixo – Rio de Couros
999/2011	Gonçalo Miguel Aquino Oliveira	Rua do Outeiro, n.º 3 - Gondemaria
103/2014	João Miguel Santos Costa	Vale Figueira – Nª Sra. das Misericórdias
614/2015	Manuel Vieira da Silva	Estrada de Fátima - Atouguia
274/2014	Maria Marques Mendes	Rua do Terreiro, n. º 42 – Casal do Ribeiro – Rio de Couros
1228/1973	Maria Rosa de Jesus Reis	Estrada de Fátima, n.º 1331 – N.ª Sra. das Misericórdias
1427/2011	Micronipol – Micronização e Reciclagem Polímeros S.A.	Rua do Valongo, 628 – Valongo – Freixianda
903/2015	Raymonde Jeanne Elizabeth Boyer	Rua das Camelas n.º 9 – Soalhal -Freixianda

OURÉM, 05 de junho de 2015

A Assistente Técnica de Apoio Administrativo da DGU



## SECÇÃO DE TAXAS E LICENÇAS Processos deferidos por despacho do Ex.mo Presidente e/ou Vereador, de 28/05/2015 a 04/06/2015

Número Entrada	Requerente	Tipo de Licenciamento	
12297	Centro Social da Ribeira do Fárrio	inspeção do elevador	
12698	Ordem do Carmo em Portugal – Casa Beato Nuno	inspeção do elevador	
11745	União das Misericórdias Portuguesas	inspeção do elevador	
11578	Tânia Alexandra Lima Morais	cartão de feirante	
10475	Fernando Dias Silva	licença especial de ruído	
12020	Leandro André Pereira	licença especial de ruído	
12046	Associação Desportiva o Mundo da Corrida	Prova desportiva	

Ourém, de 05 junho de 2015

O Coordenador da Secção de Taxas e Licenças



## Protocolo de Parceria entre:

## CÂMARA MUNICIPAL DE OURÉM

 $\mathbf{E}$ 

**VODAFONE PORTUGAL – Comunicações Pessoais S.A.** 

#### **Considerando:**

O Município de Ourém enquanto entidade;

A **Vodafone Portugal** – **Comunicações Pessoais S.A.,** enquanto sociedade que tem por objeto o estabelecimento, gestão e exploração de infraestruturas, a prestação de serviços de comunicações eletrónicas e o exercício da atividade de televisão, bem como de qualquer atividade complementar ou acessória;

A importância da criação e animação de redes de cooperação entre entidades públicas e agentes privados numa estratégia conjunta de desenvolvimento territorial;

A importância das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) como fator interesse público e de dinamização da economia digital e da Sociedade da Informação;

A importância dasTIC como fator potenciador da acessibilidade das populações locais aos bens e serviços endógenos e exógenos;

Os potenciais efeitos resultantes de soluções inovadoras de acesso a redes móveis em territórios de baixa densidade;

Os interesses dos signatários no desenvolvimento das condições de acessibilidade e disponibilização de serviços móvies de telecomunicações;

Que a Vodafone foi confrontada com um pedido de cobertura ou reforço de cobertura em determinadas zonas geográficas do Município de Ourém, tendo decidido implementar um projeto que pudesse dar resposta a este pedido, com recurso a equipamentos designados por *Smallcells/Femtocells*;

Que para o projeto de colocação destes equipamentos em zonas geográficas de acesso mais remoto, é determinante o papel dos Municípios em proporcionar as condições necessárias ao seu desenvolvimento, beneficiando o interesse público e a dinamização da economia digital e da Sociedade da Informação, objetivos estratégicos da Agenda Digital do Governo e da União Europeia;

#### **Entre:**



**MUNICIPIO DE OURÉM**, pessoa coletiva nº 501280740, com sede na Praça Dª Maria II, 1 - 2490-499 Ourém, representado pelo Presidente da Câmara, Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca, com os necessários poderes para o acto, adiante designada por **Município**;

**Vodafone Portugal** – **Comunicações Pessoais S.A.**, pessoa coletiva n.º 502544180, com sede Av. D. João II, Lote 1.04.01, 1998-017 Lisboa, representada neste ato pelo seu Procurador José João Ludovino Pardelhas Rivera, com os necessários poderes para o ato, adiante designada como **Vodafone**;

É celebrado o presente protocolo que se rege pelas seguintes cláusulas:

#### Cláusula 1ª

#### (Objecto do protocolo)

Os outorgantes são parceiros para a execução de um projeto-piloto, que consiste na instalação de equipamentos e soluções tecnológicas para o acesso remoto à rede móvel de telecomunicações e à internet a partir de zonas não cobertas por sinal que o permita.

#### Cláusula 2ª

#### (Localização das Operações)

As intervenções físicas localizam-se no Município de Ourém, nos seguintes locais:

Freguesia de Alburitel

Freguesia de Atouguia

Freguesia de Caxarias

Freguesia de Espite

Freguesia de Fátima

Freguesia de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais

Freguesia de Gondemaria e Olival

Freguesia de Matas e Cercal

Freguesia de N. S. da Piedade

Freguesia de N. S. das Misericórdias

Freguesia de Rio de Couros e Casal dos Bernardos

Freguesia de Seiça

Freguesia de Urqueira



#### CLÁUSULA 3ª

#### (Deveres das Partes)

#### Do Município:

- 1. Avaliar e validar as propostas de intervenção física;
- Disponibilizar apoio técnico e acompanhar todas as fases de implementação do projeto;
- 3. Isentar a Vodafone do pagamento de quaisquer taxas municipais decorrentes da instalação e manutenção de equipamentos e soluções tecnológicas que forneçam os sinais de rede móvel e internet, nos termos do n.º 3 do artigo 16º da lei 73/2013;
- 4. Garantir a articulação e coordenação entre a Vodafone e outras entidades locais (Juntas de Freguesia, Associações, Coletividades, etc.);

### Da Vodafone:

- 1. Desenvolver e apresentar o projeto de implementação;
- 2. Instalar os equipamentos e soluções tecnológicas necessários à boa execução do projeto, sem custos para qualquer um dos outorgantes;

#### CLÁUSULA 4ª

### (Duração do protocolo)

O presente protocolo vigora após a sua assinatura e enquanto os equipamentos e soluções tecnológicas referidos no presente Protocolo se mantiverem instalados nos locais referidos na Cláusula 2ª.

#### CLÁUSULA 5ª

#### (Rescisão do protocolo)

A falta de cumprimento de alguma ou algumas das obrigações assumidas neste protocolo por qualquer das partes, confere à outra o direito de o rescindir, mediante comunicação escrita, registada com aviso de receção, enviada à parte faltosa, produzindo efeitos a partir da data da receção.

### CLÁUSULA 6ª

#### (Comunicações)

As comunicações entre as partes relacionadas com o presente Protocolo são feitas por escrito, através de correio electrónico, carta ou fax e dirigidas para os seguintes endereços ou postos de receção:



lur		

Nome: Presidente da Câmara Municipal de Ourém Morada: Praça D<sup>a</sup> Maria II, 1 - 2490-499 Ourém

Email: geral@mail.cm-ourem.pt

Fax: 249 540 908

#### Vodafone

Nome: Nuno Miguel Pedroso Magalhães

Morada: Avenida Dom João II - Lote 1.04.01 - 6º Piso Sul - Parque das Nações - Expo -

1998-017 Lisboa

Email: Nuno.Magalhaes@vodafone.com

Fax:

#### CLÁUSULA 7ª

### (Lei Competente e Foro)

- 1. O presente Protocolo é regido pela Lei portuguesa.
- 2. Para todas as questões emergentes do presente Protocolo, é competente o Foro da Comarca de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

O presente protocolo foi celebrado, e vai ser assinado em dois exemplares, devidamente autenticados.

Ourém,	de Maio	de 2015

Pelo Município,
(Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca)
Pela Vodafone,
(José João Ludovino Pardelhas Rivera)